

Breve histórico do Movimento feminista no Brasil

Carla Cristina Garcia

Agosto de 2015

5. O Feminismo no Brasil

O movimento feminista brasileiro, mesmo sendo pequeno em termos de visibilidade social, contribuiu de maneira fundamental para a reversão das desigualdades de gênero no país e, apesar de a conexão não ser tão estreita, existe uma relação entre a história das lutas das mulheres e os processos de mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil. As conquistas foram parciais e progressivas. Pequenas vitórias foram se avolumando no tempo mas as dificuldades não impediram seu desenvolvimento, mesmo que não linear.

Para entender a importância dessa contribuição, além de conhecer a história geral do país, é preciso compreender como as mulheres romperam com a tradição cultural que lhes impôs, durante a maior parte da história brasileira, uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, lhes reservava as atividades domésticas e de reprodução (privadas), e aos homens as atividades extradomésticas e produtivas (públicas). Os altos índices de mortalidade materna e infantil, reduzia a expectativa de vida da população. Em consequência, a sociedade se organizava para manter altas taxas de fecundidade. As mulheres, em média, tinham um grande número de gestações durante o período reprodutivo, o que as mantinha "presas" às atividades de criação dos filhos e aos afazeres domésticos. Além disso, durante o período colonial, as mulheres brasileiras viveram em condições adversas, vítimas dos estereótipos de gênero. As negras (com exceção das alforriadas) eram escravas e, portanto, não tinham de nenhum direito. E as demais, mesmo gozando de liberdade e de direitos abstratos, viviam em isolamento relativo e tinham severas restrições quanto ao acesso à escola e ao trabalho extradoméstico, pois além de a oferta de vagas ser pequena, a cultura sexista e patriarcal designava aos homens o papel de provedores, cabendo-lhes as melhores oportunidades educacionais e de trabalho remunerado.

5.1 As mulheres na luta pela Independência

Embora não tenha recebido destaque, a participação das mulheres nos movimentos de independência do Brasil parece ter sido ampla e ainda deve ser pesquisada¹.

Sabe-se que a Conjuração Mineira não foi um movimento exclusivamente masculino. Dentre as personalidades femininas que atuaram neste movimento, merece registro a atuação de **Hipólita Jacinta Teixeira de Mello**. Filha de portugueses era uma mulher rica e de vasta cultura. É dela a autoria da célebre carta que denunciava a Joaquim Silvério dos Reis como o traidor de seus "companheiros" de conjura. Foi autora de diversos avisos sigilosos, dando conta de que o Tiradentes fora preso no Rio de Janeiro. Escreveu e enviou ao padre Toledo, através de seu compadre Vitoriano Gonçalves Veloso, o seguinte bilhete: "*Dou-vos parte, com certeza, de que se acham presos, no Rio de Janeiro, Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Tiradentes, para que vos sirva ou se ponham em cautela; e quem não é capaz para as coisas, não se meta nelas; e mais vale morrer com honra que viver com desonra.*" Quando percebeu que o movimento fracassava, tentou alertar ao coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, aconselhando-o para "*montar uma reação, a partir lá do Serro.*" Promovia reuniões secretas, incentivava uma tomada de posição enérgica contra a exploração do povo e chegou a financiar algumas ações dos conjurados. (TELLES, 1986)

Ainda no contexto das lutas pela independência, destaca-se a figura de **Bárbara Alencar**, matriarca, centro da organização da rebelião da família, conspiradora e escritora avó do escritor José de Alencar, nascida em Exu, interior de Pernambuco em 1760. Uma das mulheres de quem se tem notícias a envolver-se na revolução de 1817. Bárbara participou de várias revoltas, organizou-as e fez de sua casa um lugar de encontros. Presa, passou muitos anos em calabouços afirmando – segundo o dito popular - que “não queira ser rainha não! Queria ser rei!” (TELLES,1986)

(ilustração 14)

¹ Cipriano Barata, no Sentinela da liberdade, em 1823 publicou um manifesto assinado por 120 mulheres da Paraíba que afirmavam sua solidariedade com o movimento da independência: “ *nós, metade da sociedade humana, desejamos reassumir direitos que nos foram usurpados e quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos (...) por direito entramos na partilha e glória do Brasil.*” Cf. Telles,1986). Nesse contexto destaca-se a figura de Anita Garibaldi, catarinense, que se unindo a Giuseppe Garibaldi, participa das lutas republicanas durante a Guerra dos Farrapos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e posteriormente luta pela unificação da Itália, na Europa.

Maria Quitéria de Jesus lutou nos batalhões nacionalistas nas guerras de independência e não deve ser vista como mais uma exceção em meio a mulheres inativas e silenciosas. Conta-se que comandou um batalhão de mulheres. Nascida no dia 27 de julho de 1792 na Bahia, ainda criança assumiu o comando da casa e a criação dos dois irmãos mais novos. Mulher bonita, ativa e de traços marcantes, Maria Quitéria montava, caçava e manjava armas de fogo. Torno-se soldado em 1822, quando o Recôncavo Baiano lutava contra os portugueses a favor da consolidação da independência do Brasil. Mesmo advertida pelo pai de que mulheres não vão à guerra, fugiu e, ajudada por sua irmã Teresa, cortou os cabelos, vestiu a farda de seu cunhado e ainda tomou emprestado seu sobrenome, Medeiros. Ingressou no Regimento de Artilharia onde permaneceu até ser descoberta, semanas depois. Foi então transferida para o Batalhão dos Periquitos e à sua farda foi acrescentado um saiote. Sua bravura e habilidade no manejo das armas foram destaques desde o começo de sua vida militar. Em julho de 1823, quando o Exército Libertador entrou na cidade de Salvador, foi saudada e homenageada pela população.²(TELLES,1986)

5.2 A luta pela educação

Na metade do século XIX, algumas mulheres começaram a reivindicar por seu direito à educação. No Brasil, por exemplo, as mulheres puderam se matricular em estabelecimentos de ensino em 1827. O direito a cursar uma faculdade só foi adquirido 52 anos depois. Apenas em 1887 o país formaria sua primeira médica. As primeiras mulheres que ousaram a dar esse passo foram socialmente segregadas.

O ensino proposto, só admitia meninas à escola de 1º grau, sendo que estudos de grau mais alto eram somente destinados aos meninos. As professoras sempre ganhavam menos e as que protestavam contra esta situação eram severamente punidas, como foi o caso da Professora Maria da Glória Sacramento, que teve seu salário suspenso por não ensinar prendas domésticas. Nessa época, surge a primeira mulher brasileira a defender publicamente a emancipação feminina, Nísia Floresta Augusta (1810 -1875).

² Existe uma medalha militar e uma comenda na Câmara Municipal de Salvador que levam seu nome. Sua imagem está presente em todos os quartéis, estabelecimentos e repartições militares do país por determinação ministerial. Por decreto presidencial de 28 de junho de 1996, foi reconhecida como Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, um dos poucos que acolhem oficiais do sexo feminino.

Nísia Floresta

(ilustração 16)

Pioneira na luta pela alfabetização das meninas e jovens, ela fundou uma escola inovadora na cidade do Rio de Janeiro, marco na história da educação feminina no Brasil. Também foi uma das primeiras mulheres a publicar artigos em jornais de grande circulação. Nísia Floresta já considerava que a ideia de superioridade masculina possuía um vínculo com a educação e as conjunturas da vida. Compreendia também que as diferenças entre os sexos são construções sociais e que não justificam a desigualdade. Assim, antecipa “a noção de gênero como uma construção sociocultural”. (DUARTE, 2003, p. 153). Achava que a educação era o primeiro passo para emancipação da mulher. Traduziu e publicou “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, manifesto feminista de Mary Wollstonecraft. Este livro:

[...] é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. [...] deve, ainda assim, ser considerado o texto fundante do feminismo brasileiro[...].(DUARTE, 2003, p. 150)

Nísia Floresta identifica na herança cultural européia, especificamente a portuguesa, a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina. Para ela, homens e mulheres são diferentes no corpo físico, mas não o são na alma, observando que as desigualdades que resultam em inferioridade vêm da educação e das circunstâncias da vida. Segundo a autora, os homens se beneficiam com a opressão feminina, e, somente, o acesso à educação permitirá às mulheres tomarem consciência de sua condição de inferioridade (DUARTE,1989). Nísia Floresta, uma militante pelos direitos das mulheres não limitou suas ações a essa questão. Envolveu-se também nas discussões sobre a escravidão. De volta ao Brasil apoiou o movimento abolicionista e republicano.

5.3 As abolicionistas

Com o desenvolvimento da industrialização, grandes mudanças se pronunciavam no país. A partir de 1850, foi proibido o tráfico negreiro e acelerou-se a luta pela libertação

dos escravos em que muitas mulheres participaram ativamente. No entanto, só muito recentemente esta história da resistência feminina começou a ser desvendada pela historiografia. Por volta de 1860, algumas mulheres brasileiras organizaram sociedades abolicionistas que esporadicamente receberam alguma atenção da imprensa da época: a Sociedade de Libertação (instalada no RJ em 1870); a Sociedade Redentora (fundada em 1870) e a Ave Libertas, a maior associação abolicionista feminina do país, criada em 1884, no Recife. Houve ao menos duas dezenas delas, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Pernambuco, no Rio Grande do Norte, Ceará, Amazonas, nas capitais e cidades pequenas. (TELLES,1986)

O ativismo abolicionista feminino sinalizou o início do fim da escravidão da porta para dentro e a afirmação das mulheres da porta para fora. Ainda que pedindo emancipação não para si, mas para os escravos, as abolicionistas puseram as mulheres brasileiras na política, coletivamente e de maneira inédita. Destacaremos aqui algumas das abolicionistas brasileiras mais importantes:

Maria Firmina dos Reis (1825-1917), escritora, jornalista, musicista e professora primária de uma classe mista e gratuita em Guimarães, Maranhão, defendeu a abolição em jornais, com poemas, charadas, contos, e no primeiro romance brasileiro de autoria feminina: *Úrsula* (1859). Maria Firmina escreveu ainda outro conto sobre o tema da escravidão. *A Escrava*, de 1887, é narrado por uma personagem integrante de uma das sociedades abolicionistas. Mostra a rede que se formara para rapidamente acolher e comprar a liberdade de escravos fugidos. Aqui sua personagem tem história, vida própria, age com astúcia para enganar feitores e senhores. Maria Firmina morreu bem velha; foi descrita como tendo pele escura, cabelos grisalhos presos com um coque. Era muito querida e apreciada em sua cidade. É mais lembrada como mestra das primeiras letras do que como escritora. No entanto, deveríamos sempre lembrar sua defesa do escravo, a coragem de seus argumentos e a dignidade que concedeu a seus personagens. Ela enfatizou os castigos injustos, a péssima condição da vida dos escravos, visando comover o leitor. Estratégia empregada por escritoras de outras nacionalidades, que não se sabe se chegou a conhecer. Em termos de Brasil, suas preocupações e o modo que as colocou são precoces e incomuns. (TELLES,1986)

Maria Josephina Mathilde Durocher (1809-1893)

Nascida na França chegou ao Rio de Janeiro ainda criança, onde ajudou a mãe em uma loja de tecidos até se casar. Depois de ficar viúva, matriculou-se na Faculdade de Medicina, onde nenhuma mulher havia estudado até então. Em 1834 obteve o diploma de "parteira". Em 1871, auge do debate sobre o Ventre Livre, escreveu *Idéias por Coordenar a Respeito da Emancipação*. Havia muitos manifestos sendo escritos, mas Josephina foi a primeira mulher a escrever um, apontando o caráter de "cancro social" e "herança colonial" da instituição. Queria a emancipação paulatina, financiada com um imposto "filantrópico" sobre todos os livres.

Chiquinha Gonzaga (1847-1935)

Nascida numa família militar, trocou o casamento pelo piano. Escandalizou senhoras por seus modos livres e fascinou senhores, que gracejavam com o título de seu primeiro sucesso: *Atraente*. Pianista em saraus e teatros, Chiquinha participava das "conferências-concerto" abolicionistas nas quais após os discursos políticos havia concertos de piano, atrizes dramáticas declamavam e cantoras líricas entoavam árias contra a escravidão. Chiquinha regia um coro de meninas nestas conferências-concerto e vendeu suas composições de porta em porta para alforriar um escravo músico, o Zé Flauta. Em 1885, como maestrina, encenou a opereta *A Corte na Roça*, na qual se ouvia:

*"Já não há nenhum escravo
Na fazenda do sinhô;
Tudo é boliconista,
Até mesmo o imparadô".*

Segundo Diniz (1984), a polícia adulterou os versos, sem prejuízo da rima, trocando o "imparadô" por "seu dotô."

Maria Amélia de Queiroz. Professora pernambucana, e abolicionista Além da contribuição escrita, Maria Amélia proferia palestras públicas, em defesa da libertação dos escravos e do divórcio, e se posicionava contra a chefia masculina sobre a família. Ela publicou, também, uma coleção de biografias de mulheres célebres. Em conferências no Recife, brandia a incompatibilidade entre escravidão e direito civil e natural. Em 1887, conclamou seu gênero: *"(...) que a mulher se convença de uma vez para sempre que já é tempo de levantar um brado de indignação contra o passado ignominioso de tantas raças malditas. A mulher*

também é capaz de grandes e altos cometimentos. Vinde! Vinde, pois, minhas amáveis patricias! Vamos!".

Culta e inteligente, ela teve uma história de vida similar às demais abolicionistas, que viveram naquele período: se reunia clandestinamente com integrantes do Clube do Cupim³. Em várias ocasiões, Maria Amélia abrigou escravos foragidos em sua própria residência, enquanto aguardava, com segurança, a chegada das barcaças. Foi uma das fundadoras da Ave Libertas (1884) - associação composta só de mulheres - que, utilizando os meios legais, lutava pelo fim da escravidão, combatendo as torturas, os castigos e os maus tratos impostos aos negros. Estas mulheres arrecadavam fundos para libertar os negros cativos, mediante o recolhimento de jóias e doações, cujo montante era revertido para a compra da liberdade. Uma das grandes vitórias da associação Ave Libertas foi a libertação de duzentos escravos. Neste sentido, as abolicionistas conseguiram que os senhores de engenho assinassem duzentas cartas de alforria. Após a abolição da escravatura (em 13 de maio de 1888) Maria Amélia e suas companheiras trataram de alfabetizar os ex-escravos, bem como ensinar-lhes técnicas de trabalhos manuais, visando sua inserção no mercado de trabalho. (TELLES,1986)

5.4 A imprensa feminina: o direito a educação e ao voto

Pode-se dizer que o embrião do movimento propriamente de mulheres foi a imprensa alternativa feminina, surgida em meados do século XIX. Com o início da urbanização e da imigração em larga escala, mudanças em relação à economia, a política deram espaço para idéias novas que incluíam a mulher e sua participação social.

Ainda que a imprensa feminina tenha surgido no Brasil, por volta de 1820, coincidindo com as disputas em torno da independência, os jornais feministas datam da segunda metade do séc. XIX e primeira década do século XX. Eles tiveram uma peculiaridade que os distingue dos de outros países; aqui eram editados e, em geral, de propriedade

³ Sociedade secreta fundada na década de 1880, no Recife, e liderada por José Mariano, que alforriava, defendia e protegia os escravos. Os cupins se reuniam sempre de forma secreta, os encontros ocorriam no Distrito dos Aflitos, no Recife, e a sede era chamada Panela do Cupim. Outros membros da associação eram Joaquim Nabuco, Phaelante da Câmara, João Ramos, Vicente do Café, Barros Sobrinho e Alfredo Pinto. O Clube do Cupim era uma espécie de maçonaria: não possuía diretoria, estatutos ou escrituração. As pessoas sempre se reuniam clandestinamente com um único objetivo: libertar os escravos através de todos os meios.

das próprias mulheres. Evidenciam também o alto nível de conscientização das mulheres cultas. É importante deixar registrado o quanto contribuíram para preparar os caminhos trilhados pela população feminina, daquela época até o presente. O Brasil foi o país onde existiu o maior empenho do jornalismo feminista. Mais do que publicar as matérias escritas pelas mulheres, havia uma extensa rede formada pelas mulheres escritoras que mantinham, entre si, um grande intercâmbio e fortes relações de solidariedade.

O primeiro desses jornais foi *O Jornal das Senhoras*, que saiu às ruas em 1852, e foi editado por Joana de Paula Manso. Esse Jornal alertava as mulheres de suas necessidades e capacidades, embora ressaltasse que o papel principal da mulher era “amar e agradar aos homens”. No ano de 1873, a professora Francisca Motta Diniz criou “O sexo feminino”. Em um de seus editoriais afirmava: “*Não sabemos em que grande república ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada. O que é inegável é que em todo o mundo, bárbaro e civilizado, a mulher é escrava*”. O jornal se envolveria na grande campanha pela abolição da escravatura. O jornal *A Família*, por exemplo, editado e publicado por Josefina Álvares de Azevedo, em São Paulo, enfatizava que, apenas através de uma educação completa, a mulher poderia elevar seu status na sociedade; defendia o divórcio e as campanhas pelo voto feminino. Além desses poderíamos citar inúmeros outros como a revista *Mensageira*, circulou na cidade de São Paulo, em 1879, e foi dirigida por Prisciliana Duarte Almeida. *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *O Domingo e Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), entre outros. Todos eles ressaltavam a importância da educação feminina, mesmo que, inicialmente, uma educação ainda calcada nos valores familiares e na glorificação das funções de esposa e mãe. Apesar das limitações de tiragem, a imprensa feminina foi firmou a ideia de que a educação era fundamental para o progresso do país e para a emancipação das mulheres. (TELLES,1986)

Para as feministas brasileiras, tanto quanto para as europeias e norte americanas, a educação era a forma de conscientizar as mulheres da subjugação masculina. Esse era o caminho para a liberdade e autonomia, uma vez que estariam preparadas para o mercado de trabalho. Essa profissionalização, por elas exigidas, promoveria uma independência financeira e assim, a possibilidade de saírem do julgo dos maridos.

Contudo, os movimentos feministas inglesas e norte-americanas se diferenciaram do brasileiro, uma vez que as primeiras realizavam grandes movimentações em busca da participação feminina nos espaços públicos através do voto. Como informa Almeida (2000, p. 6): “*As feministas inglesas e norte-americanas promoveram verdadeiras batalhas urbanas pela conquista do voto. O mesmo não ocorreu, por exemplo, com as portuguesas e brasileiras que adotariam um discurso emancipatório ameno [...]*”.

As brasileiras alinharam seus discursos ao ideário republicano, no qual a mulher deveria ser instruída para a formação de cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento nacional. Assim, ao contrário dos confrontos ingleses, as feministas do Brasil argumentaram e convenceram homens e mulheres que a educação feminina só traria benefícios à sociedade, uma vez que não seriam mais reprodutoras incultas e sim, “*alicerces confiáveis do lar cristão e patriótico, responsáveis pela segurança, harmonia e perenidade*” (ALMEIDA, 2000, p. 7). As feministas letradas, originárias da classe dominante, e com acesso a imprensa, denunciavam a dominação sofrida por mulheres e divulgavam seus direitos. Dessa maneira, a subjugação feminina saiu do anonimato, tomando conta de jornais e periódicos destinados à população.

As reivindicações femininas não foram aceitas espontaneamente. Houve resistência tanto de mulheres quanto de homens que idealizavam o ‘bello sexo’. Ao mesmo tempo, surgiam artigos que criticavam as feministas revolucionárias (inglesas e norte-americanas) Às feministas foram escritas críticas aos seus hábitos cotidianos como “[...] *o uso de calças, o corte dos cabelos à ‘la garçonne’, o hábito de fumar*” (Abrandes, 2006, p. 3).⁴ Contudo, essas revistas defendiam a educação feminina, não com o intuito de exibir erudição ou competir com os homens. Ao contrário, deveria auxiliar na grande obra de elevação social, na qual homens e mulheres estariam juntos neste propósito. Com a união do movimento feminista brasileiro a esse ideário de “mãe civilizadora” muitos homens aderiram ao movimento, defendendo os direitos femininos, desde que as mulheres não se esquecessem de seus papéis dentro do lar. Assim, o movimento não ameaçou a hegemonia do sexo masculino e, portanto, a “ordem social”.

⁴ A associação da figura da feminista com o lesbianismo, a histeria, o ‘furor uterino’, a incapacidade de ser amada por um homem, o tipo físico característico, enfim, com todas as misóginas concepções vitorianas sobre a sexualidade feminina marca profundamente a referência através da qual se lida com o fenômeno (Rago, 1996, p. 11, apud Abrandes, 2006, p. 4).

Algumas feministas antecipando tais represálias, nas quais homens e mulheres acreditavam que o acesso e o excesso de conhecimento atrapalhariam a missão feminina, logo declaram: “*não haja temores vãos: a mulher ficará no lar, sempre que possa fazê-lo, porque é essa a sua tendência natural*” declarava Emília de Sousa Costa (Almeida, 2000, p. 6). Deste modo, as feministas defendiam que as mulheres continuariam cumprindo seus papéis de esposa e mãe, ao mesmo tempo em que possuíam uma profissão. Dessa forma, defenderam a bandeira da educação feminina, tendo em vista principalmente a formação da boa esposa e boa mãe (Almeida, 2000)

5.5 As sufragistas

No Brasil, da mesma forma como ocorreu em outros países o movimento sufragistas foi o primeiro movimento feminista politicamente organizado e que tem suas raízes na luta iniciada no século XIX pelas abolicionistas. Como primeira luta organizada das mulheres brasileiras, o sufragismo registra um percurso nacional que pleiteia o direito do voto feminino.

Ainda durante o império, alguns juristas tentaram legalizar o voto feminino, com ou sem o consentimento do marido. A constituição republicana de [1889](#) continha inicialmente uma medida que dava direito de voto para as mulheres, mas na última versão essa medida foi abolida, pois predominou a idéia de que a política era uma atividade desonrosa para a mulher.

O voto feminino também foi um dos temas tratados pelos deputados que elaboraram a primeira constituição republicana de 1891. Esta não excluía a [mulher](#) do voto, pois na mentalidade dos constituintes não existia a idéia da mulher como um indivíduo dotado de direitos. Desse modo, o texto final acabou não deixando clara a situação política da mulher o que fez com que muitas mulheres requeressessem, sem sucesso, o alistamento. Ele não proibia explicitamente o voto feminino, mas também o garantia de maneira cristalina. A ambigüidade na redação permitiu que a grande maioria dos legisladores e o próprio poder judiciário interpretassem ao seu bel prazer o que pretendiam os constituintes.

As argumentações dos anti-feministas radicais eram as mais contundentes. O deputado Tito Lívio afirmou que as mulheres tinham “cérebros infantis” e seriam portadoras de uma “inferioridade mental” e um “retardo evolutivo” em relação aos homens. Lacerda Coutinho, por sua vez, disse que “*as mulheres tinham funções (biológicas) que os*

homens não tinham e essas funções eram tão delicadas (...) que bastava a menor perturbação nervosa, um susto, uma momento de excitação, para que elas se pervertessem”.(apud TELES,1983) A maioria dos opositores ao voto feminino argumentava de maneira diferente. Sustentava a superioridade moral da mulher e que, justamente por isso, ela era incompatível com a política. Ela deveria ser protegida pela sociedade deste mal. Deus e/ou a natureza tinham reservado para ela um outro papel, mais nobre, o de “rainha do lar”. Essa, por exemplo, era a visão dos positivistas.

As mulheres leram o texto constitucional de outra forma. Se ele explicitava os elementos que estavam excluídos (os mendigos, analfabetos, as praças de pré, os religiosos de ordens monásticas sujeitas a voto de obediência) e entre eles não se encontrava referência às mulheres, isso era uma comprovação de que o voto feminino não estava vedado.

Elas usaram essa pequena brecha para tentar romper o dique. Ao longo dos anos várias mulheres, em várias regiões do país, tentaram se alistar como eleitoras. Em 1910, diante das constantes recusas, algumas mulheres de vanguarda formaram o **Partido Republicano Feminino**. Ainda que pequeno, ele mostrava o grau de consciência e organização atingido pelas mulheres brasileiras no início do século XX. Entre suas fundadoras estavam Leolinda Dalto.

(ilustração 16)

Leolinda Dalto Grande precursora do feminismo no Brasil, vivenciou toda sorte de perseguições e foi alvo da imprensa que, por muitas vezes, se dedicava a criticá-la e ridicularizá-la por suas idéias. Professora e indianista baiana que viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, em 1896 tomou para si a luta dos índios por condições dignas de vida. Em julho daquele ano, um pequeno grupo de índios da tribo Xerente, de Goiás, chegou à capital da República com o propósito de se fazer ouvir pelo presidente. Segundo o historiador José Gagliardi (1989, p. 108): *o objetivo da missão era conseguir roupas, armas, ferramentas e a atenção do governo para a obra de civilização que o cacique Sapé, embora sem nenhuma orientação, vinha desenvolvendo naquela região.* Foram lançados em um distrito policial e deixados desassistidos. Consternada, Leolinda envolveu-se pessoalmente com a questão dos índios Xerente e se ofereceu para viajar até a aldeia em Goiás para alfabetizar a tribo. Teve início uma longa jornada que a levou a percorrer, por cinco anos, o interior do Brasil. Ao retornar à capital federal, procurou o

IHGB propondo a criação de uma associação civil de amparo aos indígenas. No dia 26 de setembro de 1902, o assunto foi levado à pauta de reunião dos sócios do Instituto. Impedida de participar, pessoalmente, da reunião sob a alegação de que era mulher, Leolinda viveu, por certo não a primeira, mas uma marcante demonstração de que os limites para a participação feminina em assuntos de domínio público estavam colocados rigidamente. Tendo sido sua proposta recusada, restou-lhe fazer constar da ata um voto de protesto veemente contra “*a flagrante tentativa de desviar a reunião do seu tema central, que era a criação de uma associação para proteger os indígenas*” (GAGLIARDI, 1989, p. 112). O estilo de ação política de Leolinda Daltro era peculiar. Invadia espaços exclusivamente masculinos, expunha-se pessoalmente às críticas, sempre buscando chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças.

Em protesto, ao ter seu alistamento eleitoral recusado, fundou no Rio de Janeiro, em dezembro de 1910, o Partido Republicano Feminino - primeiro e único, partido político feminino no Brasil –, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto. Para presidir o partido, Leolinda contou com o prestígio social de sua amiga pessoal, Orsina da Fonseca, a primeira mulher de Hermes da Fonseca. O Partido Republicano Feminino foi um movimento pioneiro na luta das mulheres brasileiras em prol do sufrágio. Dentre suas estratégias políticas de mobilização e convencimento promoveu, em novembro de 1917, uma marcha pelas ruas do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de noventa mulheres. A rebeldia de Daltro e de suas companheiras chamou atenção da imprensa, provocou polêmica e deu visibilidade à condição feminina no Brasil. Ela também foi a primeira feminista brasileira candidata às eleições municipais, em 1919 com a plataforma da diminuição da miséria e do sofrimento e pela melhor distribuição da justiça. Entretanto, teve seu registro negado.

A movimentação do grupo do Partido Republicano Feminino só pode ser reconstituída através do eco de suas ações junto à imprensa, especialmente, às manifestações de repúdio às iniciativas de Leolinda e suas colaboradoras. No segundo semestre de 1918, por exemplo, uma polêmica movimentou o meio político carioca: uma moça baiana, Maria José Rebello, solicitou autorização para se inscrever no concurso público do Itamarati. A princípio, o ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, foi categórico em não acolher o pedido de Maria José, mas, com a entrada de Rui Barbosa no caso, defendendo o pleito da jovem, a autorização para inscrição acabou sendo dada, o concurso foi realizado e Maria José aprovada, em primeiro lugar. Leolinda Daltro, algumas colaboradoras e outros tantos simpatizantes da causa de Maria José fizeram-se

presentes ao exame oral, aberto ao público. Com a divulgação do resultado do concurso, Maria José foi saudada, entusiasticamente, na saída do prédio do Itamarati. A imprensa, naturalmente, deu ampla cobertura ao caso. Houve os que se posicionaram favoravelmente ao ingresso de mulheres no serviço diplomático, mas também houve os que se manifestaram veementemente contrários à admissão de mulheres no Itamarati. O mais interessante foi que o militar invocou o exemplo, pernicioso, de Leolinda Daltro como mostra de ativistas que desejavam “masculinizar” o belo sexo. Preocupava-lhe, principalmente, saber qual o efeito sobre a hierarquia familiar se exemplos como o de Maria José Rebello se multiplicassem. *“E se uma funcionária pública viesse a se casar com outro funcionário inferior na hierarquia, quem haveria de dominar em casa?”*. (TELLES, 2010)

Bertha Lutz

Berth Lutz,^a e Leolinda Daltro apesar de ambas serem feministas e contemporâneas, atuaram de maneira totalmente diferente na luta pelo sufrágio universal e na participação política.

Filha de estrangeiros de elevada escolaridade seu pai era o um dos mais importantes cientistas brasileiros, Adolfo Lutz, educada na Europa, Bertha Lutz retornou ao Brasil em 1918, depois de concluir o curso de biologia na Sorbonne. Encontrou um país onde a mulher não dispunha de direitos políticos, embora um conjunto cada vez mais expressivo da população feminina se enquadrasse no requisito mínimo para a cidadania: a educação formal.

De volta ao Brasil em 1918, imediatamente envolveu-se na luta pelo voto feminino. Na influente Revista da Semana afirmou:

“As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas e inglesas (...) já partilham ou brevemente partilharão do governo, não só contribuindo com o voto como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do Poder Legislativo (...) Só as mulheres morenas continuam, não direi cativas, mas subalternas (...) Todos os dias se lêem nos jornais e nas revistas do Rio apreciações deprimentes sobre a mulher. Não há, talvez, cidade no mundo onde menos se respeite a mulher.”(LUTZ apud PINTO,2003)

A sociedade brasileira estava vivendo um momento de grande efervescência política, com o crescimento do civilismo e a indignação com o modelo eleitoral viciado e excludente, a proposta de Bertha Lutz encontrou bom respaldo na sociedade. Membro da elite econômica, política e intelectual brasileira ela teve algumas condições para a sua atuação que outras não tiveram. No ano seguinte (1919), foi indicada pelo governo

brasileiro para participar da reunião do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho. Ali foi aprovado o princípio de salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo. Ela também representou o país na 1ª Conferência Pan-Americana da Mulher, realizada em abril de 1922.

Ainda em 1922, Bertha organizou o 1º Congresso Feminista e fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Esta foi primeira entidade feminista brasileira com expressão nacional e internacional. Entre os seus objetivos estavam: “assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa constituição lhe confere” e “estreitar os laços de amizade com os demais países americanos a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da justiça no Hemisfério Ocidental”. A referência ao “hemisfério ocidental” não era casual e refletia a ideologia predominante no movimento.

A primeira proposta de código eleitoral feita pelo governo provisório de Vargas ainda limitava o voto feminino. Segundo ela, só poderiam votar as mulheres solteiras e viúvas acima de 21 anos e as casadas apenas com autorização dos maridos. Houve uma grande campanha unificada entre a ANM e a FBPF para derrubar tais restrições. As líderes feministas se encontraram pessoalmente com o próprio Vargas e tiveram suas reivindicações atendidas. O novo Código Eleitoral, promulgado em 1932, garantiu o seu direito de votar e serem votadas. Essa prerrogativa seria exercida, pela primeira vez, na eleição da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Assim, o Brasil se tornou o quarto país da América a estabelecer o voto feminino. Antes dele haviam concedido o Canadá, Estados Unidos e Equador.

Em 1932, Getúlio Vargas, então Presidente da república, decreta o novo Código Eleitoral garantindo à mulher brasileira o direito do voto. Vargas indicou Bertha, como representantes das mulheres brasileiras, para a comissão especial encarregada de elaborar a proposta de constituição federal que seria apreciada pelo Congresso. Um fato inédito na história política brasileira. A Constituição de 1934 iria estabelecer claramente, sem ambiguidade, o direito de voto para as mulheres. Bertha assumiria sua vaga na Câmara dos Deputados em 1936.

Mas este direito só deixará de ser seletivo com a constituição de 1946 e somente se constituirá sem as alusões ao voto da mulher profissional após 1964. (ÁLVARES,1988).

Salta aos olhos a diferença do modelo de organização política adotado por Bertha e o de Leolinda. Hierarquizado e institucionalizado na figura de uma pessoa jurídica, a Federação, com filiais em vários estados do país e a definição precisa da origem do poder, representa um modelo de organização muito semelhante aos de partidos políticos brasileiros contemporâneos. A grande massa crítica de mulheres que oferecia a base política para a atuação da Federação, constituída, em grande medida, por professoras, enfermeiras e trabalhadoras de escritório, era chamada a participar dos congressos de forma passiva. As filiadas e simpatizantes engrossavam a massa de mulheres que lotavam os salões dos congressos femininos para ouvir as falas das líderes da organização e convidados especiais. Embora submetida a regras de competição eleitoral, a questão sucessória na FBPF esteve atrelada à figura carismática de Bertha Lutz, que com grande eficiência, conseguiu atingir a principal meta que havia estabelecido para a sua organização: a conquista do sufrágio feminino.⁵

Por certo, poderíamos incluir a ação de Bertha no rol das iniciativas que visavam à reforma da sociedade por intermédio da conquista de espaços no Estado, como tantos outros movimentos da época. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino representa a criação de um ambiente institucional exclusivamente feminino, articulado em torno de um projeto político comum.

As iniciativas de Leolinda Daltro, por sua vez, representam a linguagem do confronto aberto e permanente, da invasão dos espaços públicos dominados por homens e pela exposição física das simpatizantes à reação do público. Bertha, cercada por colaboradoras egressas de famílias de grande prestígio social, conquistou, palmo a palmo, as metas definidas pela agenda da sua organização, sem suscitar reações contrárias que denegrissem a sua conduta pessoal, nem a de suas colaboradoras. Tal atitude representa, a nosso ver, uma estratégia política de evitar o enfrentamento com questões de natureza comportamental, ao mesmo tempo em que evitava questionar os padrões de conduta socialmente esperados das mulheres. Desse modo, a FBPF abrigava, confortavelmente, figuras conservadoras como Jerônima Mesquita, ardorosa defensora da abstinência alcoólica, do assistencialismo social e que, pessoalmente, caracterizava-se por um comportamento extremamente pudico. Não há entre as feministas da

⁵ Sabemos, porém, que Leolinda manifestara o seu contentamento com a obtenção legal do direito ao voto, garantido no Código Eleitoral de 1932. Contudo, jamais tomou parte, nem mesmo como convidada de honra, de qualquer iniciativa promovida pela FBPF, como os dois congressos feministas nacionais ocorridos enquanto estava viva: os de 1922, 1931 e 1934

Federação figuras semelhantes à educadora Maria Lacerda de Moura. Simplesmente, não havia espaço político para elas na organização liderada por Bertha Lutz.

Assim, a luta pelo sufrágio feminino foi travada fundamentalmente pelos setores de vanguarda da burguesia e da pequena burguesia urbana. Isso teve conseqüências na ideologia e nas formas de organização e de luta do movimento feminista brasileiro do início do século XX pois as iniciativas tomadas pela direção da organização da FBPF no sentido de colocar em discussão a condição de vida das mulheres trabalhadoras foram limitadas. Ele não teve bases sociais populares e, por isso, não se formou uma forte corrente de esquerda no seu interior como aconteceu em alguns países europeus.

Resultado disso é que, em 1934, foi fundada a União Feminina. Ela se integraria à Aliança Nacional Libertadora, que tinha participação de socialistas, comunistas e elementos antiimperialistas. Após a cassação desta entidade e do esmagamento do levante aliancista, ocorrido em novembro de 1935, as principais dirigentes da União Feminina foram presas. Em seguida a FBPF e demais entidades femininas sofreriam um duro golpe com a decretação do Estado Novo em 1937. Sem democracia política, o movimento feminino sofreu um refluxo importante.

As operárias, embora tivessem grande atuação nas greves pelas conquistas de salários e melhores condições de trabalho, não tiveram grande atuação na luta por direitos políticos. Isso estava ligado às próprias vicissitudes do movimento operário brasileiro daquela época. Os anarquistas, força hegemônica até meados da década de 1920, negavam a importância da atuação política institucional e não se incorporaram na luta pelo sufrágio universal, que consideravam improcedente. O próprio Partido Comunista, recém-criado, ainda padecia de certo obreirismo e pouquíssima inserção junto às mulheres, mesmo as trabalhadoras.

5.6 As socialistas

A década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança. A república dos coronéis não dava mais conta da ebulição social e política do país.

Alguns fatos desta época foram importantes no avanço da luta das mulheres, entre outros, as greves de 1917 e em 1922 o surgimento do Partido Comunista do Brasil. Um outro movimento, concomitante a luta por direitos políticos era um movimento de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro.

Somavam-se a elas as anarquistas que traziam consigo à luta das trabalhadoras, discutindo, assim, o trabalho e a desigualdade de classe.

No Brasil, dois movimentos de mulheres operárias aconteceram simultaneamente, um sob orientação anarquista e outro com predomínio das teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As mulheres libertárias lutaram contra a exploração da força de trabalho, baixos salários e a opressão sexista. Tinham idéias próprias em torno do processo de emancipação da mulher que contrastava com o moralismo conservador de seus companheiros e como o discurso do movimento sufragista.

A atuação da feminista anarquista **Maria Lacerda de Moura** revela “a outra face do feminismo”.(LEITE, 1984). Ela questionou temas enfocados pelas mulheres da FBPF: a maternidade consciente, o amor livre e o direito da mulher ao amor. Além disso, considerava o voto um processo inadequado de luta pelo poder, porque beneficiava algumas mulheres sem trazer coisa alguma “a multidão feminina”.

Maria Lacerda de Moura

Nascida em Minas Gerais a 16 de maio de 1887, desde jovem se interessou pelo pensamento social e pelas idéias anticlericais. Formou-se na Escola Normal de Barbacena, em 1904, começando logo a lecionar nessa mesma escola. Inicia então um trabalho junto às mulheres da região, incentivando um mutirão de construção de casas populares para a população carente da cidade. Participou da fundação da Liga Contra o Analfabetismo. Como educadora, adotou a pedagogia libertária de Francisco Ferrer Guardia. Após se mudar para São Paulo, começou a dar aulas particulares e a colaborar na imprensa operária e anarquista brasileira e internacional. No jornal A Plebe (SP) escreveu principalmente sobre pedagogia e educação.

Ativa conferencista tratava de temas como educação, direitos da mulher, amor livre, combate ao fascismo e antimilitarismo, tornando-se conhecida não só no Brasil, mas também no Uruguai e Argentina, onde esteve convidada por grupos anarquistas e sindicatos locais. Entre 1928 e 1937, a ativista libertária viveu numa comunidade em Guararema (SP), no período mais intenso da sua atividade intelectual, tendo descrito esse período como uma época em que esteve "livre de escolas, livre de igrejas, livre de dogmas, livre de academias, livre de muletas, livre de prejuízos governamentais, religiosos e sociais". Maria Lacerda de Moura pode ser considerada uma das poucas

ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical. Via a luta feminista como parte integrante do combate social compartilhado igualmente por homens e mulheres engajados na luta pela eliminação de toda exploração, injustiça e preconceito. (LEITE,1984)

A “frente de massa” que articulou as mulheres das camadas populares e operárias ligadas ao PCB incorporava-se às teses do partido que exigia a preeminência das “lutas gerais” da sociedade em detrimento das lutas específicas pleiteadas pelo feminismo liberal burguês:

“Até recentemente, o que poderíamos chamar de “feminismo de esquerda”, no Brasil, não assumiu características próprias que o distinguisse do feminismo socialista mundial. Sua vinculação com os acontecimentos políticos e conjunturais interessavam mais à política mundial stalinista do que aos interesses específicos das mulheres às quais diziam representar. Esse foi o caso da União Feminina, criada para atender a política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, o Comitê da Mulheres pela Anistia em 1945, que se transformava no Comitê das Mulheres pela Democracia, o Instituto Feminino do Serviço Construtivo criado em 1946, a Federação de Mulheres do Brasil, em 1949 e várias outras entidades”. (COSTA & SANDEMBERG1994, p. 101)

Nessas organizações, o eixo da luta política deslocava-se para as questões partidárias que privilegiavam as demandas econômicas e organizavam os movimentos para fortalecerem os temas das questões gerais. Quanto às bandeiras feministas levantadas em favor das questões específicas à mulher não eram reconhecidas por esses movimentos. O reforço aos estereótipos do papel tradicional feminino, na sociedade, garantirá a ideologia de opressão denunciada por outros grupos. (LOBO,1991)

5.7 Anos 50

No intervalo das duas grandes guerras, o Brasil ficou marcado pela criação do partido Comunista Brasileiro, pela semana da arte moderna e outros eventos, que geraram intensas discussões sobre o destino da Sociedade brasileira, na ordem política e social. Com o fim da segunda guerra, no Rio de Janeiro, surgiu o Comitê de Mulheres pela Democracia, num esforço destas efetivarem de fato suas participações nas conquistas pela igualdade profissionais, administrativas, culturais e políticas. Em 1952, realizou-se a primeira Assembléia Nacional de Mulheres, dirigida por Nuta James, com objetivo de alcançar a igualdade em seus direitos. Além disso, com relação às questões políticas,

destaca-se que as mulheres lutaram pela anistia, democracia e, em prol da paz mundial, tendo até mesmo realizado em 1954, uma conferência sobre os direitos da mulher na América Latina.

5.8 Anos 60

Em 1964, o golpe militar silencia as associações feministas existentes, tanto a liberal burguesa quanto as feministas de esquerda. Contudo, do outro lado da sociedade emergem alguns movimentos de mulheres que prestigiam os militares e organizam a célebre “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Neste período, o país se industrializa, urbaniza e moderniza aceleradamente, e alteram-se os estilos de vida, as dinâmicas familiares, os padrões de fecundidade, as formas de consumo e modos de acesso à informação. As mulheres não ficam passivas a esses acontecimentos. Engajam-se ativamente nos debates políticos e culturais da época: querem ter autoria na transformação da sociedade e das condições de sua participação nela. Movimentam-se cada vez mais pelo mundo da política, das artes, da literatura, da técnica, da ciência e da comunicação. Estão cada vez mais presentes no mundo profissional e na educação superior. Pouco a pouco sobressaem no comando da administração pública e da gerência privada. E compõem a primeira linha da resistência contra a ditadura militar.

Na década de 1960, além da nova LDB, uma conquista jurídica importante foi a Lei 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, que revogou vários dispositivos do Código Civil de 1916⁶, entre os quais o que equiparava o status civil da mulher casada ao dos menores tornando-a, portanto, civilmente incapaz. Toda a estrutura do Código se baseava no conceito de pátrio poder, isto é, o poder dos maridos e dos pais (homens). Evidentemente, não foi somente o movimento feminista que promoveu todas essas mudanças, mas outros atores sociais contribuíram para fortalecer uma nova visão do papel da mulher na sociedade.

⁶ O primeiro Código Civil brasileiro, aprovado em 1916, reafirmou muitas das discriminações contra a mulher. Escreveu a professora Lígia Quartim de Moraes: “Com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido a autorização para que ela pudesse trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência. Além disso, o Código Civil punia severamente a mulher vista como ‘desonesta’, considerava a não virgindade da mulher como motivo de anulação do casamento (...) e permitia que a filha suspeita de ‘desonestidade’, isto é, manter relações sexuais fora do casamento, fosse deserdada”. As mulheres casadas – ou sob o pátrio poder – eram consideradas incapazes juridicamente, como as crianças, os ‘deficientes mentais’ e os mendigos.

Os avanços científicos e médicos também contribuíram para a liberação das mulheres. Nos anos de 1960, elas começaram a ter acesso a meios contraceptivos eficientes. A regulação da fecundidade permitiu que limitassem o número de filhos e espaçassem os nascimentos ou encerrassem a parturição. Com isso, podiam planejar o tamanho da família, assim como a permanência na escola e a entrada no mercado de trabalho. Foi igualmente importante a revolução sexual dos anos de 1960 visando a emancipação da sexualidade e a liberação dos rígidos costumes que segregavam a mulher ao lar e ao papel de esposa e mãe.

Nesse período, houve um salto qualitativo na situação da mulher brasileira que ampliou sua presença em todos os níveis de ensino e passou a apresentar taxas crescentes de participação no mercado de trabalho. Houve uma confluência de condições objetivas, representadas pelos processos de modernização das estruturas produtivas do país, e de condições subjetivas, representadas pelas novas posturas culturais e ideológicas das mulheres.

Porém, as condições políticas restritivas, impostas pela ditadura militar, inibiram a atuação conjunta das mulheres, e o movimento feminista não conseguiu se impor como agente coletivo de transformação

Mas, foi a partir dos primeiros anos da década de 70, que as mulheres se mobilizaram mais fortemente. Falavam do custo de vida, dos baixos salários e das creches. Algumas mães chegavam a ir até algumas autoridades para exigir as soluções necessárias.

5.9 Anos 70

Nos anos de 1970 o movimento de mulheres se constituiria em um sujeito coletivo capaz de marcar presença na cena política nacional, especialmente através das mobilizações contra a carestia, pela anistia e pela redemocratização do país. O movimento contra a carestia reuniu principalmente mulheres pobres ou dos estratos médios organizadas em associações de bairros e sindicatos para lutar contra a alta da inflação, por melhores condições de vida e pela segurança alimentar. A “nova onda” feminista, agora fazendo parte dos movimentos sociais que aparecem no país e incorporada às lutas das brasileiras, como a anistia, o custo de vida, por outro lado, emergem temáticas até então proibidas como a violência sexual, o aborto, a contracepção, que vão estar presentes nas discussões das feministas desse período.

Em 1970 no Rio de Janeiro surgiu a Comissão de violência, e aproximadamente um ano depois, preocupados com a violência contra a mulher, cria-se o Centro de defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte. *Nosso corpo nos pertence! Quem ama não mata! O pessoal é político!* São motes que mobilizam as feministas brasileiras. Discute-se o divórcio, a violência doméstica, a sexualidade, o aborto, o estatuto civil das mulheres. (TELES,1983)

Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher e o feminismo brasileiro incorpora-se às comemorações mundiais. Começam a tomar corpo os segmentos interessados num novo debate que se inicia. Surgem os grupos de reflexão, os de ação e reflexão, que procuram explorar sua autonomia dos grupos e partidos de esquerda. Não é muito fácil a condução desse movimento, principalmente para as feministas socialistas que agora enfrentam os dilemas partidários para demonstrar que o “pessoal é político” que a opressão de gênero não é uma simples consequência da economia, nem será resolvida num segundo momento. Este é o reflexo da influencia do feminismo radical norte americano que como vimos no capítulo anterior estava em pelan ebulição nestes mesmos anos.

No Brasil, o Feminismo Radical também demarca a sua atuação num contexto de reflexão e lutas, de forma distinta e definitiva, pois, a conjuntura histórica era sugestiva para que as feministas se posicionassem contra a ditadura militar e a censura; pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida.

É um momento de expressiva definição das feministas brasileiras, elas que debateram sobre a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto, compreendendo e sugerindo que o planejamento familiar e o controle da natalidade fossem ações de políticas públicas bem estruturadas. A tecnologia anticoncepcional tornou-se o grande aliado do feminismo brasileiro, ao permitir às mulheres igualar-se aos homens, no tocante à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor e sexo e compromisso.

Em São Paulo outro grupo de mulheres dá origem ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) e o Movimento pela Anistia (MFA)⁷, unido pela luta da

⁷ O Movimento Feminino pela Anistia teve início em 1975, em São Paulo, e multiplicou-se por todo país nos anos seguintes até a conquista da Lei da Anistia em 1979.

redemocratização do país. Brasileiras retornadas do exílio vêm somar-se a elas, a partir de 1979, trazendo na mala as contribuições do debate feminista no exterior. A partir desse ano, surgem novos grupos de mulheres em todo o país. É criado o jornal Brasil-Mulher em Londrina, , e no começo do ano de 1976, aparece o jornal Nós Mulheres em São Paulo.

5.10 Anos 80

após a retomada do movimento de massas no final dos anos de 1970, surgiram vários jornais feministas, como Brasil-Mulher, Nós Mulheres e Mulherio e cresceu a presença feminina na cena nacional, como nos debates das eleições diretas para governadores, em 1982, e na luta por Diretas Já, de 1984. (MORAES,1985)

Para além das lutas gerais, o movimento feminista começou a colocar questões específicas da maior importância para as mulheres, como as lutas contra a violência de gênero e em defesa da saúde reprodutiva. A luta contra a violência doméstica e demais violências sexistas levou ao surgimento de grupos de mulheres organizadas, como SOS-Violência. A luta pelo fim da violência contra a mulher teve uma importante vitória com a criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher – Deam –, no governo Franco Montoro, em São Paulo. Silva destaca em relação ao SOS Mulher, que os serviços tinham objetivo de prestar atendimento jurídico, psicológico e social às mulheres vítimas da violência. Os SOS's trabalhavam na perspectiva de estabelecer vínculos entre as militantes e as mulheres vítimas. A autora destaca, que o SOS era desenvolvido por feministas voluntárias e ofereciam serviços de plantões para o recebimento dos fatos ocorridos. Ainda, nos anos 80, os movimentos feministas lançaram o slogan “QUEM AMA, NÃO MATA”, desencadeando ampla campanha nacional para denúncias publicamente de “assassinatos de mulheres e absolvição dos culpados sob alegação de legítima defesa da honra”, também lançaram a campanha “O Silêncio é Cúmplice da Violência”.

No campo dos direitos reprodutivos, a grande conquista foi a implementação do Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres – Paism –, que trouxe uma nova concepção de atendimento da saúde. Surgem também diversas ONGs feministas, tais como Rede Feminista de Saúde, CFEMEA, Fala Preta, SOS-Corpo, Geledes, Cepia etc. Ao longo dos anos 1980, um movimento articulado entre as feministas universitárias, promoveu a institucionalização dos estudos sobre as mulheres, tal como ocorria em

outros países da Europa e nos Estados Unidos, legitimando-se diante dos saberes acadêmicos, através da criação do núcleo de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de eventos para promover a troca entre as pesquisadoras. Dentre outras lutas e atuação concreta das feministas radicais na Bahia, está o exemplo do NEIM – Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a Mulher, criado em 1983, em Salvador.

Em consonância com todas essas atividades, as mulheres conseguiram elevar de forma expressiva sua participação parlamentar. Houve um salto de duas deputadas federais eleitas em 1978 para oito em 1982 e 26 em 1986. Apesar de representarem menos de 10% da Câmara, essas 26 deputadas tiveram um papel importante nos debates da Assembleia Constituinte e foram fundamentais para a conquista de direitos iguais entre os sexos. A Constituição de 1988 passou a ser uma das mais avançadas do mundo no que se refere à equidade de gênero ao incorporar e consolidar conquistas nacionais e internacionais que marcam um século de luta feminista. A nova Constituição estabeleceu a obrigatoriedade de concurso para o preenchimento de cargos no serviço público. Essa medida favoreceu a entrada de mulheres com curso superior em diversas profissões, como de advogadas e economistas, que eram carreiras essencialmente masculinas.

Criado em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher⁸ fortalece a presença feminista no debate político nacional e, junto como os movimentos sociais, articula a participação das mulheres no processo da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988). *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher!* Esse é o lema do *lobby do batom*, força-tarefa que reúne mulheres dos mais variados partidos e movimentos sociais. Elas elaboram emendas populares e recolhem milhares de assinaturas por todo o país, debatem com deputados, partidos, autoridades do executivo e do judiciário e com a sociedade civil. A *Carta das Mulheres para os Constituintes*, entregue durante solenidade no Congresso Nacional, foi a primeira plataforma política feminista para a

⁸ Em 1985, [...] foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres pela Lei nº 7353 de 29/08/1985, um órgão consultivo e sem caráter executivo, com objetivo de promover políticas públicas em âmbito nacional, para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, constituindo condições de igualdade de direitos para o pleno exercício da cidadania[...]

sociedade brasileira, trazendo propostas pertinentes a todas as cidadãs e cidadãos brasileiros.

No longo caminho de construção da cidadania das mulheres, a *Constituição Cidadã* de 1988 representa um marco histórico: proclama a igualdade jurídica entre homens e mulheres; amplia os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres; estabelece a igualdade de direitos e responsabilidades na família; define como princípio do Estado brasileiro a não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia; proíbe a discriminação da mulher no mercado de trabalho e estabelece direitos reprodutivos, a licença maternidade foi ampliada para 120 dias e buscando a igualdade obteve-se a licença paternidade. Também foi reconhecida a necessidade de coibição à violência que ocorre no âmbito familiar.

5.11 Anos 1990 e os desafios contemporâneos.

Momento novo e ambíguo. Recomposto o Estado de Direito e as liberdades democráticas; a sociedade civil está fortalecida e organizada e as novas diretrizes constitucionais trazem a promessa de uma ampliação histórica da cidadania. Por sua vez, o ajuste estrutural, as reformas neoliberais e os governos sustentados por bases conservadoras emperram a efetivação dos direitos e o aprofundamento da democracia.

Os movimentos continuam a expandir-se, ampliam a constelação de suas práticas, e seguem apostando nas alternativas democráticas. Há uma nova Constituição a ser implementada, há forças sociais organizadas apostando no fortalecimento de uma cultura de direitos e não-discriminação e há espaços para se inventar outras globalizações. Mulheres e movimentos investem na participação nos espaços onde se elaboram as novas leis e programas de políticas públicas; se debatem as reformas da saúde, da educação e de outras áreas de políticas do Estado; se constroem os conselhos e outros mecanismos de controle social da cidadania; e se desenvolvem ações afirmativas para promoção dos direitos. Mergulham também nos processos nacionais, latino-americanos e globais das Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas, apresentando novos olhares para as questões do desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos, população, discriminação, pobreza e exclusão. Em 1993, criou-se o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), pelo poder público, visando tratar políticas públicas para as mulheres, impulsionando o Estado a reconhecer a violência e discriminação contra a mulher. Paralelo a isso, o Ministério da Saúde cria o PAISM - Programa de Atenção à Saúde da Mulher, resultado da forte

mobilização empreendida pelos movimentos feministas, com objetivo fundado nas necessidades físicas e mentais das mulheres. A instalação da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - em 1992, mostrou pela primeira vez números da violência em âmbito Nacional. Em março de 1993, no I Encontro de Entidades Populares de Combate à Violência contra a Mulher, em Santos (SP), que reuniu 75 entidades, foi aprovada a Campanha “A Impunidade é Cúmplice da Violência”.

Nos anos de 1990, o movimento feminista brasileiro também conseguiu outras vitórias importantes. As mulheres tiveram um papel de destaque na organização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada no Cairo, em 1994, e na IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Pequim, em 1995. Nas eleições de 1996, regidas pela Lei 9.100/95, passou a vigorar a primeira experiência de ação afirmativa visando aumentar a representação parlamentar feminina, que chegou a 42 deputadas federais em 2002 (Araújo, 2005).

Atualmente, algumas questões levantadas pelas feministas brasileiras não só deixaram os “guetos”, onde eram discutidos, como tomaram uma dimensão mais abrangente social e politicamente ao se transformarem em direitos constitucionais estendidas a todas as mulheres brasileiras. Essas conquistas não foram capazes de eliminar os preconceitos das pessoas, mesmo se tratando de algumas mulheres letradas em relação ao feminismo. Os estudos de gênero nas universidades brasileiras mesclaram questões políticas importantes com as discussões teóricas que estão sendo travadas internacionalmente.

Estas discussões tendem a ampliar as discussões nos movimentos sociais, favorecendo as novas bandeiras, hoje marcando as políticas públicas que tratam dos direitos das mulheres como direitos humanos: o novo capítulo a ser escrito pelos movimentos.

